

**CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS**

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE AGOSTO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO.

DESCONTO MÍNIMO: R\$ 17,53

DESCONTO MÁXIMO: R\$ 70,32

**ÍNDICES DA APEOESP - AGOSTO/2017**

PEB I (24H): R\$ 1.252,16

PEB II (24H): R\$ 1.449,53

SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL: R\$ 937,00

SALÁRIO MÍNIMO DIEESE: R\$ 3.327,10

**JORNAL**

NÚMERO 308 - AGOSTO 2017

[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)**SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO****Filiado à CN e CUT**

**15 DE SETEMBRO, TODOS ÀS RUAS!**  
**NÃO AO REAJUSTE ZERO!**  
**CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**  
**REVOGAÇÃO DA "PEC DA MORTE"**  
**NENHUM DIREITO A MENOS!**

**E MAIS:**

**PROFESSORES LUTAM  
CONTRA ATAQUES DO  
GOVERNO GOLPISTA** PÁG. 3

**AÇÃO DA APEOESP OBRIGA  
GOVERNO A REAJUSTAR  
SALÁRIOS** PÁGS. 4 E 5

**CAMPANHA "QUALIDADE DA  
EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO  
DO MAGISTÉRIO"** PÁGS. 4 E 5

**ENCONTRO ESTADUAL  
DA CATEGORIA D APROVA  
AÇÕES** PÁG. 6

## Na mídia: Violência e temporários



Professora procurou a APEOESP para denunciar agressões; no destaque, reportagem conta a história de luta do professor Alessandro Jamas



Crédito: Folha de São Paulo

As escolas públicas de São Paulo têm, em média, 10 registros de violência por dia. Oficialmente, são 3.500 casos de violência por ano entre alunos e contra professores em escolas do Estado.

O levantamento apresentado pelo Jornal da Band, no dia 12 de junho, traz o relato de uma professora que procurou a APEOESP, dias antes, para denunciar o assédio e as ofensas que foram grafadas em seu carro.

"Quando estava saindo para pegar meu carro no estacionamento interno da escola, verifiquei que ele estava inteiro picado com desenhos e palavras

ofensivas e ameaçadoras. Na direção, me perguntaram apenas se eu queria álcool para tentar limpar", conta a professora.

A reportagem do Jornal da Band traz outra história ainda mais dramática. A ex-professora da rede pública, Luciany Bosan, abandonou o cargo após levar uma cadeira de um aluno quando estava grávida e ainda ser ameaçada para não denunciar o caso.

"De acordo com levantamento feito pela APEOESP, apenas uma em cada três vítimas de ameaças ou agressão dentro das escolas presta queixa", explica a reportagem do Jornal da Band, que pode ser conferida no Observatório da Violência da APEOESP, um espaço pioneiro que veicula denúncias e também pesquisas e mobilizações contra a violência escolar.

### Categoria O

Uma história de superação, mas também um triste retrato da realidade dos professores do Estado de São Paulo, a trajetória do professor Alessandro

Jamas foi tema de reportagem na Folha de S. Paulo no dia 18 de julho.

Apoiado por Literatura, especialmente pela obra de Fernando Pessoa, Alessandro formou-se em Letras quando morava nas ruas da capital e agora, diante da insegurança do contrato temporário, teme voltar à condição de sem-teto.

"Neste ano só fui chamado para dar sete horas de aulas semanais", conta o professor, que recebe cerca de R\$ 700,00 por mês, exatamente o valor do aluguel atrasado há três meses.

"Alessandro tem um contrato de professor temporário de literatura na rede estadual de São Paulo. O acordo precisa ser renovado a cada ano", explica a reportagem, ao tratar de uma situação funcional familiar a aproximadamente 23 mil professores, mais conhecidos como categoria O, em atividade atualmente no estado de São Paulo.

Como muitos dos outros professores da rede pública, Alessandro dedica-se a outras atividades para complementar a renda. Na iminência de ser despejado, ele vende bijuterias. A reportagem "Escola da rua" está na seção de notícias do site da APEOESP.

## Publicações da APEOESP

O Sindicato dos Professores lançou no primeiro semestre uma série de publicações para subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula e para alertá-los sobre os debates em pauta no Estado e no País. Conheça aqui os materiais recém-lançados:

### Revista de Educação da APEOESP

A mais recente edição da Revista é dedicada ao Concurso para Diretor de Escola. A Revista tem 260 páginas e 32 resenhas de obras solicitadas na bibliografia do concurso. São textos sobre gestão pedagógica, princípios que orientam a ação do diretor, entre outros temas, cujo conhecimento dos candidatos será avaliado. Os associados também ganharam um curso com videoaulas preparatórias.



### Caderno de Planejamento Pedagógico

A APEOESP lançou o Caderno de Planejamento Pedagógico para subsidiar as reuniões de planejamento, realizadas nas escolas nos primeiros dias do ano letivo.



### Boletim Dia Internacional da Mulher

A edição 2017 do Boletim das Mulheres, publicação que leva às escolas o debate sobre igualdade de gênero, destaca a quarta onda do feminismo, a luta das meninas contra a reorganização de Aickm e histórias de mulheres inspiradoras. Na capa, uma avaliação do ataque da Reforma da Previdência aos direitos das professoras.



### Boletim LGBT

Alinhada à luta pela diversidade e contra o avanço de grupos conservadores no País, a APEOESP lançou a oitava edição do seu Boletim LGBT, que leva o debate sobre o respeito e a cultura de paz para a sala de aula. Trata-se de uma publicação segmentada dedicada à pluralidade sexual, com denúncias, sugestões de livros e uma mensagem em defesa das temáticas sobre gênero e identidade, essenciais no combate ao preconceito que provoca bullying, evasão escolar e segregação.



### Cartilha sobre a Reforma da Previdência

A Cartilha sobre a Reforma da Previdência, ilustrada pelo cartunista Marcio Baraldi, explica como a Reforma (PEC 287) vai atingir direitos históricos de trabalhadores, especialmente do Magistério.



## Educação na TV: 16 anos de História

Único programa da TV aberta dedicado exclusivamente ao Magistério, o Educação na TV, veículo institucional da APEOESP, chegou a sua 800ª edição no dia 23 de julho.

O programa foi ao ar pela primeira vez, na Rede TVI, em 27 de abril de 2001. "Segundo minhas pesquisas, é um fato inédito no Brasil e no mundo,

um programa que está há 16 anos no ar, mantido por um sindicato", explica o roteirista e diretor Jorge Basile.

Em pauta, questões históricas como a carreira do professor, o declínio salarial, a violência nas escolas, o adocimento dos profissionais e a incansável luta pela valorização profissional.

Além dos dirigentes da APEOESP, ministros, acadêmicos e especialistas já participaram dos dez minutos semanais do programa, abordando também assuntos pontuais como a aprovação dos Planos Nacional e Estadual de Educação, a polêmica da "Escola sem Partido" e o fechamento de classes e escolas.

SERVIÇO: O Educação na TV vai ao ar aos domingos, às 15h35, pela Rede TVI, mas também pode ser assistido, a qualquer hora, no canal do YouTube da APEOESP e no próprio site do Sindicato.

## LUTOS

"... quando morrer, levar dentro dos olhos a beleza imortal de tudo quanto amei". O Enamorado da Vida / Olegário Mariano (1937)

Professora aposentada Terezinha Anábil Bortolotto faleceu no dia 30 de junho em Fernandópolis.

Em maio, faleceram as professoras Ana Sales e Elza Janete em Campinas.

Considerado o maior intelectual do País e incansável militante político, Antonio Cândido de Mello e Souza faleceu em 12 de maio, aos 98 anos de idade. Responsável pela formação de gerações de educadores, Cândido deixou uma vasta e significativa obra.

Professora na zona leste da capital e esposa do diretor da APEOESP, Sílvio de Souza, Sidelma Maril de Castro faleceu no dia 24 de março.

Em março, faleceu Sandra Ceribelli, ex-Representante de Escola em Campinas.

O professor de Sociologia, Marco Antonio Villas Boas, Conselheiro Sindical em São José dos Campos, faleceu no dia 22 de fevereiro.

Conselheiro da subseção de Ribeirão Preto, o professor José Renato de Moraes, faleceu no dia 28 de dezembro de 2016.

Marcos Aurélio Garcia, Professor aposentado da UNICAMP compreendia e valorizava a educação pública como instrumento de desenvolvimento, formação da cidadania e justiça social. Foi assessor especial do ex-presidente Lula durante todo seu mandato. Participou de nossos congressos, encontros e conferências, dando inestimável contribuição às nossas lutas.

## Aqui, os professores são notícia

Em intercâmbio no Brasil, uma delegação de 15 sindicalistas alemães visitou a APEOESP e participou de atividades dos professores. Durante os 23 dias de permanência no País, o grupo esteve também em sindicatos no Rio de Janeiro e no ABC. Eles participaram da gigantesca assembleia realizada pela APEOESP no dia 15 de março, na Praça da República, de um Conselho Estadual de Representantes e ainda de uma manifestação que trabalhadores da cultura realizaram nas escadarias do Teatro Municipal na Capital.



Em abril, a presidenta do Sindicato dos Professores de Namíbia, Toini U.P. Nauyama, e uma delegação de sindicalistas sul-africanos participaram de encontro com professores na APEOESP, sindicato que é, ao lado da CUT e outras centrais, um dos apoiadores do intercâmbio Brasil-África. Depois do evento, os sindicalistas africanos receberam

o Boletim da Consciência Negra, publicação dedicada às denúncias, lutas e conquistas dos afrodescendentes.

O Coral Cravos e Rosas, da subseção da APEOESP na Baixada Santista, conquistou mais uma vez o primeiro lugar no 20º Evento da Feliz Idade do Mercosul, realizado em Camboriú, Santa Catarina, em abril. O tema desta edição foi 100 Anos de Samba. No mesmo evento, a professora Sonia Maria Maciel, diretora da APEOESP e coordenadora do Coral ficou em 1º lugar no Desfile de Fantasias apresentando-se como Rainha do Mar.

Ao lado da CUT e de Coletivos LGBT, o Sindicato comandou um trio elétrico na 21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que aconteceu no dia 18 de junho na Avenida Paulista, com o tema "Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei Todas e todos por um Estado Laico".

Misto de protesto e celebração, a Parada foi comandada pela cantora Daniela Mercury, ícone na luta da comunidade LGBT. Considerada o maior evento LGBT do mundo, a Parada paulista pode tornar-se patrimônio imaterial da cidade.

Graças ao comprometimento com a pauta da diversidade, divulgada pela Parada, a APEOESP foi premiada durante o Ato Solene pelo Dia do Orgulho LGBT, realizado pela Assembleia Legislativa no dia 28 de junho.

Em obsequio da igualdade e diversidade, APEOESP leva ao 1º Parada LGBT

### ATENÇÃO, PROFESSORES(AS) ASSOCIADOS(AS)!

Atualizem seus dados cadastrais na APEOESP! Procurem sua Subseção ou façam contato na Sede Central do Sindicato! Com dados atualizados, estaremos mais próximos e mais fortalecidos!

## Editorial

**Maria Izabel Azevedo Noronha**  
Presidenta da APEOESP



*Sempre alertamos que o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, sua retirada do governo sem nenhum crime cometido, era um golpe contra a classe trabalhadora.*

*Hoje, vemos implantadas as chamadas "reformas" (veja quadro nesta página), que retiram nossos direitos e inviabilizam o desenvolvimento do nosso país com Justiça social.*

*Quem virá a ganhar com a eventual aprovação da reforma da previdência, um ataque frontal aos trabalhadores, sobretudo à mulher trabalhadora? Somente empresários e rentistas. Os primeiros porque poderão explorar os trabalhadores ao longo de um período muito maior com menos custos. Os segundos, porque venderão planos de previdência complementar para parte dos trabalhadores que possam melhorar os valores de suas aposentadorias.*

*A reforma política, da forma como vem sendo discutida, objetiva manter no Congresso Nacional a mesma maioria de parlamentares golpistas, envolvidos com corrupção e totalmente descomprometidos com os direitos e interesses da classe trabalhadora. O governo golpista de Temer vem sendo mantido com votos de deputados obtidos de forma ilícita, por meio de emendas parlamentares, oferta de cargos, pressões e negociações.*

*Ele tem desafiado o movimento social, o movimento sindical, o conjunto da classe trabalhadora. Tentando intimidar os trabalhadores, Temer responde com novos ataques, como foi o caso da votação da reforma trabalhista após grandes mobilizações e a greve geral. Governo autoritário, não respeita as demandas da maioria mais pobre da sociedade brasileira, que pagará o preço de não ter serviços públicos de qualidade, sofrendo com o avanço da terceirização, precarização das relações de trabalho, exclusão social e redução do acesso à educação pública, além de outras consequências.*

*O governo agora vai criar a alíquota de 35% no Imposto de Renda. Na escalada tributária dos golpistas, teme-se que seja ampliada a linha de corte e alteradas as demais alíquotas, penalizando ainda mais os trabalhadores. O conjunto das políticas de Temer coloca o Brasil a serviço dos mais ricos, estancando o processo de distribuição de renda implementado desde 2003 – como o Bolsa Família, que Incentivo a escolarização, ajudou a desenvolver o mercado interno e fez girar a economia. Desde 2003 o Salário Mínimo teve uma valorização de 120%. Imaginem se os Estados governados pelo PSDB, como é o caso de SP, tivessem repassado esta valorização aos nossos salários!*

*Por isso, é preciso lembrar o tempo todo que o papel dos representantes dos trabalhadores – professores, metalúrgicos, bancários etc. – não é dar respostas fáceis para os problemas que a conjuntura apresenta. Quando o Brasil estava sob uma grave crise econômica mundial, não se poderia aplicar qualquer remédio, muito menos retirar direitos. Frente à necessidade de manutenção do crescimento econômico, instituiu-se a desoneração fiscal, mas o chamado "mercado" não respondeu positivamente. Então, seria necessário acabar com essa desoneração, mas isto é algo que o governo Temer não fez e não fará.*

*Na luta contra os ataques e retrocessos, é necessário reconhecer que todas as categorias participaram das mobilizações contra a reforma da previdência. Porém, indubitavelmente, os professores e professoras deram a direção para esta luta. Tomamos a iniciativa de propor a greve nacional da educação, que alinhou outros sindicatos e as Centrais Sindicais na convocação das mobilizações nacionais e da greve geral. Em 8, 15 e 31 de março estivemos em peso nas ruas. Assim como na greve geral de 28/4 e também estivemos presentes nas manifestações de 30/6, apesar do receso escolar. Nesse dia, os professores e as professoras paralisaram suas atividades e participaram das atividades de protesto em todo o Brasil, em especial no estado de São Paulo.*

*O Brasil está retrocedendo aos patamares anteriores a 2003. Estamos ingressando num caminho sem retorno, a não ser que tenhamos a capacidade de nos organizar ainda melhor e lutar para mudar os rumos do nosso país. Este é o nosso grande desafio!*

Um forte abraço!

## Os professores lutaram intransigentemente neste semestre pela sua dignidade e pela democracia

O Brasil do governo ilegítimo de Michel Temer se insere num contexto de golpes contra governos legitimamente eleitos e de ataques à democracia e aos direitos dos trabalhadores na América Latina, que já atingiu Honduras, Paraguai e o nosso país, com a retirada da presidenta Dilma do governo.

Hoje, um dos países que sofre ataques à democracia é a Venezuela, ao ponto de os Estados Unidos, na pessoa do autoritário Donald Trump, ameaçar com o uso de tropas para impor uma suposta democracia naquele país.

Temos claro que os rumos da Venezuela e a escolha do modelo de país que deve ali vigorar devem ser obra de seu povo. Nós, brasileiros e brasileiras sempre lutamos e temos como bandeira a defesa da autodeterminação dos povos, princípio inscrito na Carta das Nações Unidas firmada em 26 de junho de 1945.

### Brasil: degradação política, econômica e social

Neste contexto, o Brasil sofre retrocessos políticos, econômicos e sociais. A política do governo golpista é um zero à esquerda. No âmbito internacional, não tem peso algum em qualquer dos blocos políticos em que está presente, basta acompanhar pela mídia a forma como Temer tem sido recebido nos países que visita.

Economicamente, convivemos com uma enorme contradição: a legítima presidenta Dilma Rousseff foi retirada do governo sob a alegação de cometer pedaladas fiscais. Então, o que dizer da previsão de déficit de 159 bilhões nas contas públicas em 2017 e a projeção de mais de R\$ 129 bi para 2018, quando, na era Dilma o déficit previsto era de R\$ 90 bilhões?

Socialmente, a degradação das classes mais desfavorecidas é evidente, perceptível nas ruas e também nos estudos que vem sendo realizados. Como fruto da crise plantada pelos golpistas desde 2015, 3,6 milhões de brasileiros retornaram à situação de pobreza, de acordo com estudo do Banco Mundial, que projeta também um crescimento das taxas de extrema pobreza, que passará de 3,4% para 3,6% entre 2016 e 2017.

A resposta para esta situação passa pela luta unificada dos trabalhadores e dos movimentos sociais e por uma nova greve geral, ainda mais ampla e mais forte que as anteriores.



### Caia fora, Temer! Fora, Aicckmin!

O primeiro, Michel Temer, é um presidente golpista e ilegítimo. O segundo, Geraldo Aicckmin, foi eleito, mas tem feito os trabalhadores e a população paulista mais pobre sofrerem as consequências nefastas de sua política na saúde, na educação pública, nas condições de vida, nos serviços públicos de uma forma geral, para não falar dos três anos que nós, professores, estamos sem reajuste salarial, aniquilando nosso poder de compra. Veja:

- o salário base de PEB I para 30 horas, que é de R\$ 1.565,20, já perdeu R\$ 356,86 de seu poder de compra frente à inflação acumulada de agosto de 2014 até julho de 2017. Já no salário base de PEB II, 30 horas, que é de R\$ 1.811,91 a perda foi de R\$ 413,12 em relação à inflação do mesmo período medida pelo INPC. Onde vamos parar? Temos que nos mobilizar e fazer pressão para garantir a reposição (veja matérias às páginas 4 e 5).

Para combater o desmonte dos serviços públicos e da educação no Brasil e no Estado de São Paulo, vamos participar ativamente da Conferência Nacional Popular de Educação (Condepe). Vamos lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95 (que congela por 20 anos os gastos públicos). Vamos continuar lutando contra a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Independente de lei, vamos continuar nossa luta e vamos vencer essas leis que são contra os trabalhadores e a população.

### Todos(as) à assembleia!

Professor, professora, dia 15 de setembro é dia de luta. Feche sua escola e venha para a Praça da República. Não temos mais nada a perder.

Se não mantermos o que temos, se não lutarmos para melhorar a nossa condição salarial e profissional, a tendência é desaparecermos como categoria.

## Somos contra a condenação do ex-presidente Lula

Os processos judiciais movidos contra o ex-presidente Lula configuram uma perseguição. Nada conseguiram provar sobre sua suposta participação em esquemas de corrupção, mas ainda assim o processam e tentam condená-lo.

Somos contra a Justiça retirar quem quer que seja do processo eleitoral. Que se apresentem todos os(as) candidatos(as) e que a sociedade faça suas escolhas.

Lula conta com uma inquestionável popularidade, porque a população compara os impactos positivos dos governos dele em suas vidas com a atual situação de ataques contra a classe trabalhadora.

## VEJA O QUE MUDOU NA SUA VIDA COM O GOLPE

### EC 95 congela gastos públicos por 20 anos

A Emenda Constitucional 95 congelou os gastos e investimentos públicos por 20 anos nos níveis praticados em 2016. Isto significará a estagnação dos recursos destinados à Saúde e à Educação. Concursos públicos, criação de novos cargos, contratação de pessoal, expansão e qualidade dos serviços ficam comprometidos. As Metas do PNE serão inviabilizadas.

### Reforma Trabalhista retira direitos fundamentais dos trabalhadores

Institui jornada de 12 horas de trabalho, o chamado trabalho intermitente (alternando períodos de trabalho e inatividade), fletamento de férias, trabalho em locais insalubres, inclusive para mulheres grávidas, alívio de 30 minutos, a prevalência da "negociação" com o patrão sobre a legislação trabalhista, entre outras pontas.

### Temer recusou a inclusão do Plano Nacional de Educação no Orçamento

O golpista Michel Temer vetou artigo da lei orçamentária da União que dava prioridade à execução do Plano Nacional de Educação. Ou seja, tornou o PNE letra morta.

### Reforma da Previdência dificulta aposentadoria e prejudica mais as mulheres

A proposta ainda não foi votada mas é um ataque frontal à classe trabalhadora e prejudica diretamente as professoras. Iguala a idade mínima para aposentadoria com os professores em 60 anos, desconsiderando todo o trabalho que as mulheres realizam em casa, a dupla jornada de trabalho.

### Nova composição do Conselho Nacional de Educação

Temer revogou as indicações feitas por 39 entidades nacionais para o Conselho Nacional de Educação, nomeando ele próprio 32 novos nomes que defendem os interesses privatistas na educação.

### O desmonte do Fórum Nacional de Educação

Pursaria 577 o Fórum Nacional de Educação, composto por 50 entidades da sociedade civil. Ampliou-se a presença de entidades ligadas ao governo Federal e de empresários, como o Sistema S e a CNI. Entidades como a CNTE e entidades sindicais de professores foram excluídas das decisões.

### Terceirização das atividades "fins" aprofunda a precarização do trabalho

Foi instituída a terceirização para todas as atividades econômicas, inclusive, as atividades "fins" e nos serviços públicos. Por exemplo, a Escola, agora, poderá contratar, além de funcionárias da limpeza, alimentação e conservação, também professores. Os salários para os terceirizados serão 30% menores e os direitos trabalhistas não estão garantidos.

# Ação da APEOESP obriga governo

## Derrotar a Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência do governo golpista de Temer é um ataque frontal à classe trabalhadora.

Ela prejudica todos os trabalhadores, com a imposição de idade mínima elevada e redução no valor dos benefícios, mas prejudica particularmente as mulheres, que além do trabalho profissional, também são responsáveis pelo pesado trabalho de casa.

As professoras, por exemplo, ministram aulas em diversas escolas e também são mães e donas de casa. No entanto, o projeto do governo só permite que se aposentem a partir dos 60 anos, com pelo menos 25 anos de contribuição.

Não vamos aceitar! Vamos às ruas novamente, como temos feito desde agosto de 2016, para impedir que o Congresso Nacional aprove esta reforma!

### Exigimos a revogação da "PEC da morte"

A Emenda Constitucional 95 (que ficou conhecida como a "PEC da morte") congela os gastos públicos por 20 anos. Menos dinheiro para educação, saúde, investimentos e serviços públicos.

Exigimos a sua revogação, assim como de todas as demais "reformas" do governo golpista.

Não aceitaremos leis injustas. Nas ruas vamos continuar lutando pelos nossos direitos e pelo atendimento de nossas reivindicações.

# Dia 15 de setembro, vamos às ruas em assembleia na Praça da República



Presidente da APEOESP conduz assembleia no Masp

A APEOESP ingressou com ação coletiva para que o Estado reajuste o salário base dos Professores de Educação Básica I, que está 10% abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional.

A ação da APEOESP é contrária a que esta adequação seja feita na forma de abono salarial, conforme decisão do governo Alckmin. O Sindicato exige reajuste, com reflexos nas escalas de vencimentos.

Num primeiro momento, obtivemos liminar concedida pelo juiz da 7ª Vara. O governo estadual recorreu, solicitando

a suspensão do cumprimento até julgamento do recurso de apelação.

### Estado terá que cumprir

No início de agosto, a desembargadora da Segunda Câmara de Direito Público do TJ suspendeu parcialmente o cumprimento da decisão, determinando que o Estado incorpore o abono ao salário base, com reflexos em todas as verbas que incidem sobre o base. Reforçamos a informação de que, inicialmente, na forma de abono, o governo beneficiou apenas 18 mil PEBs I. Com a decisão, devem ser reajustados os salários de 42 mil professores da ativa e 76 mil aposentados. Uma vitória!

### Ação judicial para revisão salarial

Lembramos que a APEOESP possui outra ação judicial no TJSP, na qual pleiteia que o governo do Estado cumpra a revisão salarial anual prevista no artigo 37 da Constituição Federal, reajustando os salários de toda a

### GRÁFICO 1 – VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO E DESVALORIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO



Entre 2002 e 2017, o salário mínimo nacional teve um aumento real de 120,1%, enquanto o salário mínimo do PEB I sofreu perda real de 22,59% no mesmo período.

### GRÁFICO 2 – VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO E DESVALORIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO



Entre 2002 e 2017, o salário mínimo nacional teve um aumento real de 120,1%, enquanto o salário mínimo do PEB I sofreu perda real de 32,40% no mesmo período.

## MPF processa Alckmin por desvio de recursos

### APEOESP pede ingresso na ação, que teve origem em iniciativa do Sindicato

O governo do Estado sempre alega falta de recursos para não investir na educação e na valorização do magistério. Entretanto, sabemos que existem recursos e que poderiam inclusive, ser ampliados. Mas o governo do PSDB age no sentido contrário.

Desde 2015 a APEOESP vem trabalhando em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado em relação a desvios de recursos da educação para a SPPREV. Este trabalho deu origem à demanda que gerou a iniciativa do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, de processar o governador do Estado.

### Bilhões já foram desviados

Estima-se que o governo já transferiu à SPPREV em torno de R\$ 40 bilhões que deveriam ser destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Hoje, a estimativa é que a educação esteja

perdendo R\$ 7 bilhões/ano. Quanto poderia ter sido investido na rede estadual de ensino? Quanto poderia ser investido em formação, valorização salarial, aplicação da jornada do piso, carreira dos profissionais da educação?

Desta forma, tendo estado na origem da ação, nossa entidade protocolou junto ao STF solicitação para participar da PGE como amicus curiae, agregando novos elementos ao processo.

Defendemos todo o magistério, da ativa e aposentados e educação pública de qualidade para toda a população. Os servidores contribuem durante toda a vida para suas aposentadorias. Cabe ao Estado gerir bem os recursos públicos, com ética, transparência e correção, sem desvios de finalidades e pleno atendimento às necessidades dos estudantes e dos profissionais da educação, inclusive aposentados.

## Reajuste será extensivo a todos os níveis da carreira



A determinação da desembargadora de que o Estado deve incorporar o abono de 10% ao salário base com reflexos nas demais vantagens pecuniárias dos PEBs I é uma grande vitória da categoria.

A sentença do juiz, corroborada pela desembargadora, significa que esta adequação do salário base de PEB I vai se refletir em toda a carreira do Magistério: PEB II, Diretor, Supervisor e até Dirigente de Ensino serão beneficiados também.

Em sua decisão, a desembargadora entendeu, no entanto, que é prudente

aguardar a discussão desta extensão com toda a Câmara no julgamento do recurso.

Vamos lutar para que o recurso do estado seja negado, a sentença confirmada e que passe a vigorar o mais rapidamente possível. É uma vitória judicial importante!

Resaltamos também a informação de que estamos em luta pela reposição das perdas acumuladas desde julho de 2014, que exige um reajuste de 22,59%, e também pela efetivação da meta 17 do Plano Estadual de Educação, conforme informação acima.



APEOESP na sua caminhada de luta contra os desvios do governo Alckmin

Constituição Nacional Trabalhadora em 2017

# a transformar abono em reajuste

## ruas: lica!

**SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL  
BASE DO PEB I ENTRE 2002 E 2017**



umento real de 77,02%. Em contraste, o salário-base do

**SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL  
BASE DO PEB II ENTRE 2002 E 2017**



umento real de 77,01%. Em contraste, o salário-base do

podendo avançar depois na questão do número de estudantes por classe e carreira.

No início, o governo quis postergar a Meta 17, tentando iniciar os debates pela carreira. A APEOESP reagiu prontamente, seguida pelas demais entidades. Ficou reafirmado então a efetivação da equiparação salarial com demais profissionais com formação de nível superior como o principal item da pauta desta comissão na retomada dos trabalhos.

### Mobilização nas ruas

Além dos 3 anos sem reajuste salarial (veja no gráfico acima, o comparativo de nosso salário com a evolução do salário mínimo), os professores são punidos com sobrecarga de trabalho e com péssimas condições de infra-estrutura para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. A desvalorização da educação pública por parte do governo é gritante.

Neste segundo semestre, precisamos mais do que nunca assegurar a unidade de toda a categoria, mobilizar nossas escolas e ir às ruas para romper a política de reajuste zero e avançar na valorização do magistério, por meio da efetivação da Meta 17 do Plano Estadual de Educação (equiparação salarial com demais profissionais com formação de nível superior), da concretização de uma nova lei para contratação de temporários, equiparando seus direitos aos dos efetivos, do fim do fechamento e superlotação de classes e demais pontos da nossa pauta de reivindicações.

Vamos organizar uma grande campanha em defesa da educação pública (veja no box). Participe!!!

## Qualidade da educação e valorização do magistério

Diante da visível queda da qualidade do ensino na rede pública estadual, da sabida precariedade das condições de trabalho, do desrespeito aos direitos dos professores, estudantes, demais profissionais, pais e sociedade em geral, a Diretoria Estadual Colegiada da APEOESP decidiu visibilizar a denúncia das políticas do governo Alckmin e lançar forte campanha pela "Qualidade da Educação e Valorização do Magistério".

Para tanto, a APEOESP está realizando uma nova pesquisa junto aos professores, estudantes, pais e toda a comunidade escolar para demonstrar de forma concreta a realidade da escola estadual, demonstrando com dados a toda a sociedade a realidade com a qual professores, estudantes e demais usuários da escola pública convivem no dia-a-dia da unidade.

Vamos envolver professores, estudantes, pais, movimentos e toda a sociedade civil organizada, por meio do movimento Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, porque a educação é uma



luta de todos e não apenas da nossa categoria.

Contamos com a adesão de todos

os professores em mais esta luta na defesa da educação pública, direito inalienável da população.

### Mobilizar a comunidade contra fechamento e superlotação de classes

Há muitos anos a APEOESP vem denunciando a superlotação das classes na rede, expediente utilizado pelo Estado para não contratar professores.

O assunto ganhou mais destaque e interesse da mídia e das instituições de controle a partir de 2015, com o fechamento de mais de 3390 classes e tentativa do governo de fechar 94 escolas e mais centenas de classes, dentro da chamada "reorganização escolar". A mobilização de professores, estudantes, pais e comunidade impediu a reorganização e o Secretário Herman Voorwald foi exonerado.

Levantamento realizado no primeiro semestre de 2017 aponta ainda o fechamento de, pelo menos, 1400 classes, ação que se desenrolou até no recesso de julho.

#### Assegure seu direito, lute por sua vaga na escola

Diante destes ataques, vamos desenvolver uma campanha estadual cujo lema preliminar é "Assegure seu direito, lute pela sua vaga na escola. O lugar da criança e do jovem é na escola pública". Nossas subseções em todas as regiões do Estado já estão com a campanha nas ruas, denunciando, mapeando a demanda por vagas, entre outros. Não podemos aceitar que o Estado defina a demanda a ser atendida. Em São Vicente já conseguimos uma importante vitória: a EE Leopoldo José de Sant'Anna não será mais fechada, após pressão e manifestações realizadas pela Subseção com a participação da comunidade escolar.

#### TCE exige redução do número de estudantes por classes

Após denúncias enviadas pela APEOESP, o Tribunal de Contas do Estado realizou estudo que constatou que o governo não apenas não cumpre o Parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB 8/2010), que estabelece número máximo de 14 estudantes nas séries iniciais do ensino fundamental, 30 nos anos finais, 35 no ensino médio, como descumpra a própria Resolução SE 2/2016, com máximo de 30 estudantes nas séries iniciais do ensino fundamental, 35 nos anos finais e 40 no ensino médio. Até mesmo a excepcionalidade de 10% a mais de estudantes é ultrapassada em grande número de escolas. Posição do TCE fortalece nossa campanha e nossa luta contra a superlotação de salas e fechamento de classes.

## CATEGORIA O

# Encontro Estadual debate e encaminha ações



A APEOESP realizou mais um Encontro Estadual dos Professores da Categoria O com o objetivo de debater e fortalecer ações em defesa deste setor cuja precarização tem se acentuado profundamente na rede estadual de ensino. O Encontro aconteceu no dia 12 de agosto e contou com participação de professores de várias regiões do Estado. Após apresentação da Subseção do Dieese da APEOESP com um diagnóstico sobre a situação destes professores, a presidenta, professora Maria Izabel A. Noronha, Bebel, apresentou todas as ações desenvolvidas e conquistas já asseguradas, como ampliação do contrato e regularização de direitos em relação às faltas.

APEOESP também conseguiu assegurar no Plano Estadual de Educação a Estratégia 18.20 que garante mesmos direitos dos professores efetivos aos contratados temporariamente.

Após amplo debate com participação de todos, foram aprovadas as seguintes ações:

- 1. Realização de encontros regionais
- 2. Viabilização de um cadastro específico buscando facilitar contato com os professores. Abaixo encaminhamos a ficha que poderá ser preenchida e entregue na Subseção ou na Sede Central, a/c Presidência
- 3. Fortalecer a luta para que os professores da categoria "O" se tornem "F" até a realização de concursos públicos
- 4. Lutar por mais concursos públicos para PEB I e PEB II

5. Debater projeto de lei para garantir a implementação da Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação – contratação de professores temporários com os mesmos direitos dos professores efetivos. Apresentaram-se os seguintes pontos para serem considerados neste projeto:

1. Reativação dos principais pontos da Lei 500/74 que beneficiam os professores;
2. Fim da provinha como mecanismo de contratação;
3. Fim do contrato como mecanismo de formação de vínculo;
4. Fim da duzentena, quarentena e assemelhados;
5. Contratação por processo classificatório, onde o tempo de serviço é o único componente de classificação do candidato à admissão;
6. Admissão por portaria;
7. Fim da contratação por tempo determinado;
8. Que a extinção do vínculo de trabalho se dê pela vontade do professor ou pelo provimento do cargo através de concurso público;
9. Os direitos do professor admitido pela nova lei devem ser exatamente iguais aos direitos dos professores efetivos;
10. Licença para tratamento de saúde e demais benefícios previdenciários não seriam mais de responsabilidade do INSS;

11. Aposentadoria concedida pela SPPREV, nas mesmas condições de concessão aos efetivos;

12. Impossibilidade de usar a nova forma de admissão para frustrar movimento reivindicatório da categoria.

- 3. Lutar pela garantia do direito de escolha para todos os professores na atribuição de aulas
- 4. Lutar pela reabertura do cadastro emergencial
- 5. Mobilizar os professores temporários, juntamente com os demais professores, para a campanha contra o fechamento de classes, contra a superlotação e pelo limite de 25 estudantes por classe
- 6. Intensificar a luta pelo direito dos professores da categoria O ao IAMSPE, inclusive com direito de acompanharem seus filhos doentes, nas internações, se necessário
- 7. Elencar todas as reivindicações e necessidades dos professores da categoria O para constarem no projeto de lei
- 8. Criar um espaço no portal da APEOESP ([www.apeoeps.org.br](http://www.apeoeps.org.br)) para que os professores temporários possam ter suas dúvidas esclarecidas.

## Parcer da presidenta da APEOESP no CNE é citado pelo TCE

O estudo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado aponta o número elevado de professores temporários como um dos graves problemas de gestão da rede estadual de ensino.

Hoje, diz o estudo, 18,9% (18.635) dos professores da rede são da categoria O. O texto cita então o Parecer relatado pela professora Bebel, presidenta da APEOESP, quando era Conselheira do Conselho Nacional de Educação, tratando das diretrizes para os planos de carreira do magistério público:

"[...] percentual alto de professores temporários), tendo em vista o recomendado pelo CNE, em seu Parecer CNE/CEB nº 9/2009, de que é "importante que os sistemas discutam um dispositivo que garanta a realização de concurso, sempre que a vacância no quadro permanente de profissionais do magistério na rede de ensino público alcance percentual de 10% em cada grupo de cargos ou quando professores temporários estejam ocupando estes cargos por dois anos consecutivos".

## MMR: autoritarismo e assédio moral nas escolas estaduais

A luta da APEOESP, em conjunto com as demais entidades que participam do Fórum Estadual de Educação, inseriu na meta 19 do Plano Estadual de Educação, juntamente com outros mecanismos, a Estratégia 19.2, que determina ao Estado:

*Estabelecer, no prazo de 2 (dois) anos, legislação própria que regulamente a gestão democrática no âmbito dos sistemas de ensino.*

Assim como todo o conjunto do PEE, este dispositivo foi objeto de amplo acordo entre o Fórum Estadual de Educação, a Secretaria da Educação, lideranças de partidos de oposição e a liderança do governo do Estado na Assembleia Legislativa, sendo a chamada emenda aglutinada aprovada pela quase unanimidade na Assembleia Legislativa.

Ocorre que, no momento, em contradição com o que diz o PEE, o governo Alckmin impõe à rede estadual de ensino o denominado Método de Melhoria de Resultados (MMR), sob supervisão de consultoria privada, uma política que descarta a possibilidade de um verdadeiro debate democrático com toda comunidade escolar e trata o processo educacional com critérios de gestão de uma empresa privada.

### A busca autoritária por "resultados"?

Este tipo de método gerencial, no qual resultados são apresentados como o objetivo a ser perseguido e no qual os professores são apontados como os principais responsáveis por eventuais deficiências da escola no caminho para a concretização desses chamados "resultados", envolve autoritarismo, assédio moral e desvalorização do magistério.

Há relatos de casos de escolas nas quais, aplicando-se o MMR, supervisores de ensino solicitaram aos estudantes

que avaliassem o trabalho de seus professores, sendo estes convidados a se retirarem das salas de aulas nesse momento. Em outras, quadros são afixados nas paredes para que sejam apontados professores que estão, supostamente, contribuindo para o mau desempenho da unidade escolar. Ainda que, nesses casos, não sejam citados nomes, os contextos e os conteúdos ali afixados permitem a identificação de tais docentes, os quais, naturalmente, se sentem constrangidos e desvalorizados.

O governo estadual não investe na educação pública. Ao contrário, desvia recursos para outras finalidades e reduz a base do financiamento por meio de isenções fiscais indevidas. Mais uma vez, tenta jogar sobre os professores e as professoras as consequências desta política, por meio deste tipo de "avaliação" contida no MMR.

### MMR e "escola sem partido"

É interessante notar as semelhanças de procedimentos entre o MMR e o chamado projeto "escola sem partido": avaliação dos/as professores/as pelos estudantes com supervisão e direcionamento institucional e a afixação dessas citadas "avaliações" nas paredes das escolas. Este tipo de postura é antagônica à gestão democrática e se torna, na verdade, uma forma de interferir no trabalho pedagógico dos/as docentes em sala de aula e de coibir o debate da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas na rede estadual de ensino.

Uma escola, diferentemente de uma empresa privada, não fabrica nem lida com coisas, mas forma seres humanos. Quantificar "resultados" por meio de métodos gerenciais como o MMR não condiz com o papel social da escola pública.

**A APEOESP vai aprofundar este debate com a comunidade escolar e com a sociedade. Não aceitaremos mais autoritarismo e assédio moral em nossas escolas.**

### CADASTRO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS

Nome		
Endereço		
CPF	Cidade	Estado
Telefone		
E-mail		
Indique o número de arco-íris que é CFA/Temporário		



# Limite de gastos é alvo da CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entrou com ação no STF, em junho, contra a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que promove o congelamento dos recursos para a educação e a saúde pelos próximos 20 anos (veja quadro na página 3). Em parecer jurídico, a entidade afirma que a medida "deverá ser declarada inconstitucional para

que seja determinada a retomada da aplicação integral dos critérios de financiamento do ensino público previstos na Constituição Federal". O alvo principal da Ação Direta de Inconstitucionalidade é o desmonte, que afeta direitos fundamentais. Segundo o presidente da CNTE, Heleno Araújo, o golpe contra a educação e a saúde, promovido pela Emenda Constitucional 95, deve ser combatido de todas as formas e em várias frentes.

"A CNTE atua na mobilização social e política para que essa medida não seja colocada em prática, e ingressamos com ação no STF para que seja declarada inconstitucional. Rejeitamos essa medida absurda, promovida por um governo ilegítimo, golpista e corrupto, que está a serviço do capital estrangeiro e de uma elite nacional conservadora, que explora a classe trabalhadora e nega os direitos humanos e sociais para a maioria da população brasileira", explica o professor Heleno.

## Fórum Popular de Educação

O presidente da CNTE, Heleno Araújo, é o coordenador do recém-criado Fórum Popular de Educação, criado depois que a gestão Temer alterou a composição do Fórum Nacional.

O Fórum Popular reúne entidades de sociedade civil que saíram do Fórum Nacional de Educação (FNE) e já estão trabalhando na organização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que deve substituir a Conferência Nacional de Educação (Conae).

Já existem cerca de 50 instituições participando desta ação, cujo objetivo é manter a mobilização social em defesa das políticas educacionais e contra projetos que afetem o interesse público e o direito à educação pública de qualidade para as crianças e jovens brasileiros.

"Eles estão desmontando toda a estrutura de conferências, não só da educação, para evitar que as pessoas tenham a oportunidade de participar e apontar os caminhos necessários para as políticas públicas. E nós da educação nunca nos entregamos a isso, nem na ditadura militar, nem no processo da Constituinte, e não vamos nos entregar agora", diz Heleno Araújo.

Estão mantidas com o Fórum Popular as agendas de conferências municipais e estaduais que antecedem a etapa nacional, sendo que as conferências municipais e intermunicipais devem acontecer até outubro.

# CUT avisa: Não tem acordo!

"Notícias inventadas de acordo com interesses ocasionais" é um dos verbetes que define a pós-verdade ou "fake news". São notícias como a informação que espalhou-se rapidamente de que a CUT estaria em negociação com o governo golpista para discutir a aprovação de uma nova contribuição para o financiamento das centrais sindicais.

Ainda que outras centrais busquem apoio para criar um tributo que compense o fim do imposto sindical, previsto na recém-aprovada Reforma Trabalhista, a CUT "não faz qualquer negociação em troca dos direitos da classe trabalhadora".

"Não participaremos de nenhuma negociação porque, obviamente, não negociamos uma reforma nefasta como

essa para manter um imposto que combatemos desde nossa fundação, em 1983", disse o presidente da CUT, Wagner Freitas.

Historicamente, a Central Única dos Trabalhadores é contra o imposto, mas não aprova a estratégia utilizada pelo governo golpista de Temer para enfraquecer o movimento sindical, exatamente no momento em que os trabalhadores sofrem o mais duro golpe em direitos garantidos constitucionalmente.

O presidente da CUT lembra que "sem sindicatos os trabalhadores ficarão à mercê dos patrões e dos seus prepostos do RH, especialmente após a aprovação da reforma trabalhista que, entre outras desgraças, prevê que os trabalhadores podem negociar sozinhos, sem apoio do sindicato da

categoria, demissões e férias, entre outros itens."

"Nós defendemos a substituição do imposto sindical por uma contribuição negocial, aprovada pelos trabalhadores em assembleia, com piso e teto definidos e que, para existir, tenha transparência nas contas, com realização de assembleias de prestação de contas, previsão orçamentária e que os trabalhadores tenham acesso total às contas da entidade, mas isso não pode ser parte do golpe de Estado que destituiu uma presidenta legitimamente eleita", defende Freitas.

Em nota oficial, a CUT reafirma que "pode sobreviver sem a cobrança do Imposto Sindical, mas é preciso resgatar a democracia legítima e implementar canais verdadeiros de negociação entre trabalhadores e empresários."

# Não à privatização do Iamspe



A APEOESP vai promover um debate sobre a privatização do IAMSPE, com a participação da promotora Dora Strilicherik, que irá expor pesquisas e ações judiciais sobre a transformação do Instituto em "autarquia especial", conforme previsto em projeto apresentado pelo governo de São Paulo. O Sindicato entende que o projeto não garante atendimento integral aos servidores, além de abrir a possibilidade de privatização parcial ou total dos serviços e concessão de bens e espaços a terceiros.

A Comissão Consultiva Mista do Iamspe elaborou um relatório sobre a atual situação do atendimento médico, que aponta superlotação, demora no agendamento de consultas e falta de profissionais especializados no Instituto.

SERVIÇO: A presidente da CCM em Bauri, Idemilde Maria da Conceição, é a nova representante da APEOESP na Comissão Consultiva Mista, grupo que reúne representantes do funcionalismo estadual para acompanhar as atividades do Iamspe. A APEOESP tem ainda três representantes na Comissão, cujos trabalhos podem ser acompanhados através de uma página no Facebook.

## APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo C.N.P.J Nº 43.037.597/0001-51

### BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO		PASSIVO	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	43.409.215,76	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	26.358.464,73
DISPONÍVEL	38.290.250,79	Fornecedores de Bens e Serviços	92.346,48
CAIXA SEDE	7.051,62	Obrigações com Pessoal	632.220,53
Outros Centros	0,00	Trabalhos Jurídicos	544.171,34
<b>CAIXAS BANCÁRIAS SUBSÍDIAS</b>	3.948.305,83	Órgãos e I.ºs Subj. a Pagar	2.281.427,50
Subsídios Capital	659.921,42	Resposta Judicial	19.016.981,21
Subsídios Corrente São Paulo	301.899,38	Outras Contas a Pagar	203.662,92
Subsídios Intelecto	2.786.542,27	Provisões	458.327,23
<b>BANCOS COM O MOVIMENTO</b>	2.947.291,99	Provisão de Contribuições	2.724.131,39
Banco Santander	181.323,32		
Banco Itaú	29,00		
Banco do Brasil	2.762.754,94		
Caixa Econômica Federal	3.184,26		
Banco Real	109,40		
Banco Bradesco			
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	31.387.455,41	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	60.825.939,45
CREDITOS DIVERSOS	5.118.955,97	Resposta Judicial	3.774.994,60
Credito a Receber Convenios	4.309.285,39		57.050.944,85
Outros Créditos	227.366,43		
Adiantamentos diversos	582.310,15		
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	65.057.670,70	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	21.282.482,28
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.597.925,26	Superavit ou Deficit Acumulado	(2.647.677,18)
Processos e ações	784.542,81	Varição Patrimonial	32.516.163,01
Participações em Consórcios	3.812.832,75	Resultado do Exercício	(6.388.002,55)
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	60.466.595,34		
IMOBILIZADO	60.466.595,34		
Imóveis	51.693.382,00		
Móveis Utensílios	3.450.127,99		
Móveis e Equipamentos	1.197.299,26		
Biblioteca / Videoteca	1.225.878,50		
Veículos	2.750.125,49		
Computadores	2.187.184,25		
Edifícios-Consórcio Subsídios	918.669,94		
Benefícios e Instalações Terceiros	225.817,24		
Imobilizado em Andamento	4.342.776,40		
Outros em Andamento	(7.963.700,54)		
(J)DPREC. ACUMULADA			
<b>ATIVO</b>	<b>108.466.886,46</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>108.466.886,46</b>

### DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RECEITAS		DESPESAS	
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	86.921.638,50	<b>OPERAC. SEDE CENTRAL</b>	64.060.346,48
Mantimento de Associações	64.244.595,24	Pessoal	17.992.400,96
Taxa de Inscrição - após	1.164.925,48	Outros de Terceiros	4.730.188,84
Taxa de Adm. de Convenios	15.250.127,99	Comunicações	13.864.355,52
Recuperação Despesas	1.225.878,50	Participações	2.360.008,71
Recursos dos Subsídios	2.786.542,27	Representações	3.349.481,40
Exercícios Colônia de Férias	2.820.916,68	Eventos, Seminários, Congressos	5.891.194,80
		Fundus e Contribuições	4.324.148,32
		Administrativas	936.242,74
		Financeiras	1.984.124,53
<b>RECEITA FINANCEIRA</b>	4.305.038,41	<b>OPERACIONAIS SUBSÍDIOS</b>	25.778.874,08
		Pessoal	2.992.161,21
		Outros de Terceiros	3.479.362,50
		Comunicações	2.360.008,71
		Participações	2.561.444,34
		Eventos, Seminários, Congressos	4.324.148,32
		Despesas Gerais e Outras	5.922.127,96
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	3.904,27	<b>OPERAC. COLÔNIA FÉRIAS</b>	5.893.756,53
Despesas Obrigas	3.904,27	Pessoal	3.313.699,94
		Alimentação	1.381.694,98
		Moradia	1.327.921,30
		Administrativas e Financeiras	150.340,39
<b>RECEITAS</b>	<b>66.511.629,31</b>	<b>OUTRAS DESPESAS</b>	1.085.607,69
		<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>96.818.584,78</b>
		<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(5.588.002,55)</b>
		<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>91.330.581,23</b>

MARIA LÉZBE AZEVEDO MORAES  
Presidente

LUIZ GONZAGA JOSE  
Secretário de Finanças

CRISTO JESUS SAMPAIO DE MORAES  
TC 13P.132.780-5-2



